



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

2433

PROJETO DE LEI Nº 016/2025, DE 07 DE MARÇO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO
RECEBIDO

DATA 10 / 03 / 2025

HORA 14 / 20 Nº 035/2025

ASSINATURA

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CUSTEIO
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTO
ANTÔNIO DO PLANALTO.**

**TÍTULO I
DAS FONTES DE CUSTEIO**

Art. 1º Constituem fontes de custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

- I – a contribuição do ente federativo, pelos Poder Executivo, Poder Legislativo, autarquias e fundações públicas municipais;
- II – a contribuição dos segurados ativos, dos segurados inativos e dos pensionistas;
- III – as receitas decorrentes de investimentos e as patrimoniais;
- IV – os valores recebidos a título de compensação financeira;
- V – os valores aportados pelo ente federativo;
- VI – as demais dotações previstas no orçamento federal, estadual, distrital e municipal;
- VII – outros bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária;
- VIII – doações, subvenções e legados.

Art. 2º Constituem recursos do RPPS:

- I – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (catorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- II – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos ativos e em disponibilidade remunerada de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (catorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;
- III – a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos inativos e pensionistas de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 14% (catorze por cento), incidente sobre o valor da parcela que supere o teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo Único. Para os fins desta lei, a contribuição previdenciária dos servidores que tenham ingressado no serviço público após a vigência do plano de previdência complementar e aos que optarem por aderir ao plano de previdência complementar através da migração de regime, ficará limitada ao valor do teto do Regime Geral de Previdência Social.

Câmara Mun. de Santo Antônio do Planalto
APROVADO POR UNANIMIDADE
Na reunião de 17.03.2025

Ver. Elder Knapp



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

Art. 3º As contribuições e demais recursos de que trata o art. 2º somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e a taxa de administração destinada à sua manutenção.

§ 1º Os recursos do RPPS serão depositados em conta distinta das contas do Tesouro Municipal.

§ 2º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a utilização desses recursos para empréstimo de qualquer natureza.

Art. 4º O plano de custeio do RPPS será revisto e atualizado a cada exercício, observadas as normas gerais atuariais, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º Indicando a reavaliação atuarial a necessidade de alteração dos percentuais de contribuição indicados no art. 2º, tal se dará por lei.

§ 2º No caso de insuficiência financeira, cumpre ao Poder Executivo, Poder Legislativo, autarquias e fundações públicas municipais aportar os recursos orçamentário-financeiros necessários à manutenção dos benefícios previdenciários e das despesas administrativas.

TÍTULO II
DA BASE CONTRIBUTIVA

Art. 5º Considera-se base de cálculo das contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações:

- I – o total da remuneração de contribuição dos servidores ativos;
- II – a gratificação natalina paga aos servidores ativos.

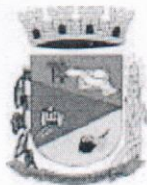
Parágrafo único. A base de cálculo estabelecida deve ser considerada tanto para o cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do art. 2º, quanto da contribuição suplementar mencionada no art. 12, quando fixada em forma de alíquota.

Art. 6º Considera-se base de cálculo das contribuições previdenciárias de responsabilidade do servidor ativo sua remuneração de contribuição, que é composta de:

- I – vencimento básico do cargo efetivo;
- II – parcelas permanentes decorrentes na carreira do servidor, incorporadas à sua remuneração.

§ 1º Equiparam-se à remuneração de contribuição as licenças concedidas aos servidores em que não haja prejuízo da remuneração e o salário maternidade pagos aos servidores ativos.

§ 2º A gratificação natalina ou sua parcela paga ao servidor ativo será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

Art. 7º Considera-se base de cálculo das contribuições previdenciárias de responsabilidade do servidor inativo e pensionista, respeitada a faixa de isenção de que trata o inciso III do art. 2º:

I – o total de proventos;

II - a gratificação natalina, considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

Art. 8º As parcelas remuneratórias pagas ao servidor ativo, inativo ou pensionista, em decorrência de decisão judicial ou administrativa, serão consideradas como remuneração de contribuição, observando-se que:

I – sendo possível identificar as competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em cada competência;

II – em caso de impossibilidade de identificação das competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em que for efetuado o pagamento;

III – em qualquer caso, as contribuições previdenciárias correspondentes deverão ser repassadas à unidade gestora no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos, sob pena de incidirem os acréscimos legais previstos nesta Lei.

Art. 9º Mediante opção expressa de cada servidor ativo, poderão ser incluídas, na composição da remuneração de contribuição de que trata o art. 6º, para fins de consideração no cálculo de benefícios por regra de média, as parcelas recebidas a título de gratificações de qualquer natureza.

§ 1º A opção de que trata o *caput* deve ser formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor ativo, relativamente a cada uma das parcelas especificadas nos seus incisos, e terá validade enquanto perdurar a percepção continuada de cada uma das parcelas ou até a opção pela sua exclusão da remuneração de contribuição, a ser também formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor ativo.

§ 2º Tanto a opção pela inclusão como pela exclusão de parcelas da remuneração de contribuição, nos termos do § 1º, terá efeito na primeira competência seguinte à sua formalização e protocolo junto a respectivo Setor de Pessoal.

§ 3º No caso de descontinuidade da percepção da parcela pela qual tenha o servidor ativo optado por incluir, os valores pagos na competência da exclusão, mesmo que proporcionais, serão considerados como componentes da remuneração de contribuição.

§ 4º A redução do valor do subsídio ou da remuneração, por motivo de falta, licença, aplicação de pena administrativo-disciplinar ou de consignações voluntárias, não implica em diminuição da base de cálculo das contribuições previdenciárias.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

§ 5º No caso de servidores ativos, em acúmulo remunerado de cargos, as regras deste artigo aplicam-se a cada um dos vínculos de forma individualizada.

TÍTULO III DA RESERVA ADMINISTRATIVA

Art. 10 O limite de gastos de administração oriundos da aplicação da taxa administração destinada ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, será formada pelos recursos da taxa de administração, que é fixada em 3% (três por cento), cuja alíquota será incluída no custeio de que trata o inciso I do art. 2º desta Lei, conforme taxa de administração definida na avaliação atuarial.

Art. 11 Integram a reserva administrativa, além dos recursos da taxa de administração fixada no art. 10, as sobras de custeio administrativo mensal.

Parágrafo Único. As sobras de custeio administrativo poderão ser revertidas, total ou parcialmente, para o fundo previdenciário, desde que previamente autorizadas pelo Conselho Municipal de Previdência.

TÍTULO IV DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

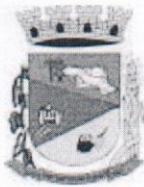
Art. 12 Adicionalmente à contribuição prevista no inciso I do art. 2º desta Lei, todos os poderes e órgãos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota definida em avaliação atuarial.

Art. 13 O plano de amortização do déficit atuarial é definido conforme Anexo I desta lei, podendo ser em forma de alíquota ou aportes, a ser revisto anualmente, de acordo com a avaliação atuarial anual devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência.

TÍTULO V DA ARRECADAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 14 A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao RPPS, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, devem ser feitas até o dia 20 (vinte), do mês subsequente ao da competência a que se referirem, ou primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Único. Nos recolhimentos em atraso das contribuições, os valores serão atualizados de acordo com o a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou em caso de extinção deste, pelo índice oficial



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

que vier a substituí-lo, e será aplicada multa de 1% (um por cento) e juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor da parcela em atraso.

Art. 15 No caso de servidores cedidos e afastados para cumprimento de mandato eletivo/cedência sem ônus para o Município, cabe ao Município informar à entidade responsável pelo recolhimento o valor da remuneração de contribuição a ser considerada para o cálculo das contribuições.

**TÍTULO VI
DOS PARCELAMENTOS**

Art. 16 As contribuições devidas e não pagas pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, suas autarquias e fundações, poderão ser objeto de parcelamento, consoante regramento federal, hipótese em que, os valores serão consolidados observados os critérios de atualização e de incidência de multa e juros definidos no art. 14, aplicando-se, a partir da consolidação, a mesma regra para as parcelas vincendas e vencidas.

Art. 17 Ocorrendo pagamento em atraso das parcelas estabelecidas em parcelamento, os valores serão atualizados de acordo com o a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, multa de 1% (um por cento), e juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor da parcela em atraso.

**TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18 Esta lei entra em vigor a contar da sua publicação.

§ 1º Relativamente faixa de isenção estabelecida no inciso III do art. 2º desta lei, entrará em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente ao transcurso de 90 (noventa) dias da publicação desta lei.

§ 2º Durante o prazo de que trata o § 1º, continua em vigor a faixa de isenção vigente anterior à publicação desta lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO
PLANALTO, EM 07 DE MARÇO DE 2025.**

VILSON
ALTMANN:4051160
0097

Assinado de forma digital por
VILSON ALTMANN:40511600097
Dados: 2025.03.10 16:50:50
-03'00'

VILSON ALTMANN
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

ANEXO I

PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	OPÇÃO EM ALIQUOTAS	BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	(-) PAGAMENTOS	SALDO FINAL	JUROS		
2024	15,15%	6.179.748,86	15.497.677,02	936.231,95	15.339.428,45	777.983,39		
2025	15,15%	6.278.006,87	15.339.428,45	951.118,04	15.158.349,72	770.039,31		
2026	15,15%	6.377.827,18	15.158.349,72	966.240,82	14.953.058,06	760.949,16		
2027	15,15%	6.479.234,63	14.953.058,06	981.604,05	14.722.097,53	750.643,51		
2028	15,15%	6.582.254,46	14.722.097,53	997.211,55	14.463.935,27	739.049,30		
2029	15,15%	6.686.912,31	14.463.935,27	1.013.067,21	14.176.957,61	726.089,55		
2030	15,15%	6.793.234,21	14.176.957,61	1.029.174,98	13.859.465,90	711.683,27		
2031	15,15%	6.901.246,64	13.859.465,90	1.045.538,87	13.509.672,22	695.745,19		
2032	15,15%	7.010.976,46	13.509.672,22	1.062.162,93	13.125.694,83	678.185,55		
2033	15,15%	7.122.450,98	13.125.694,83	1.079.051,32	12.705.553,39	658.909,88		
2034	15,15%	7.235.697,95	12.705.553,39	1.096.208,24	12.247.163,93	637.818,78		
2035	15,15%	7.350.745,55	12.247.163,93	1.113.637,95	11.748.333,61	614.807,63		
2036	15,15%	7.467.622,41	11.748.333,61	1.131.344,79	11.206.755,16	589.766,35		
2037	15,15%	7.586.357,60	11.206.755,16	1.149.333,18	10.620.001,09	562.579,11		
2038	15,15%	7.706.980,69	10.620.001,09	1.167.607,57	9.985.517,58	533.124,05		
2039	15,15%	7.829.521,68	9.985.517,58	1.186.172,53	9.300.618,02	501.272,98		
2040	15,15%	7.954.011,08	9.300.618,02	1.205.032,68	8.562.476,37	466.891,02		
2041	15,15%	8.080.479,85	8.562.476,37	1.224.192,70	7.768.119,99	429.836,31		
2042	15,15%	8.208.959,48	7.768.119,99	1.243.657,36	6.914.422,25	389.959,62		
2043	15,15%	8.339.481,94	6.914.422,25	1.263.431,51	5.998.094,73	347.104,00		
2044	15,15%	8.472.079,70	5.998.094,73	1.283.520,07	5.015.679,01	301.104,36		
2045	15,15%	8.606.785,77	5.015.679,01	1.303.928,04	3.963.538,06	251.787,09		
2046	15,15%	8.743.633,66	3.963.538,06	1.324.660,50	2.837.847,17	198.969,61		
2047	15,15%	8.882.657,44	2.837.847,17	1.345.722,60	1.634.584,49	142.459,93		
2048	15,15%	9.023.891,69	1.634.584,49	1.367.119,59	349.521,04	82.056,14		
2049	15,15%	9.167.371,57	349.521,04	1.388.856,79	-	1.021.789,79	17.545,96	
2050	15,15%	9.313.132,77	-	1.021.789,79	1.410.939,62	-	2.484.023,25	51.293,85
2051	15,15%	9.461.211,59	-	2.484.023,25	1.433.373,56	-	4.042.094,78	124.697,97
2052	15,15%	9.611.644,85	-	4.042.094,78	1.456.164,19	-	5.701.172,13	202.913,16
2053	15,15%	9.764.470,00	-	5.701.172,13	1.479.317,21	-	7.466.688,18	286.198,84
2054	15,15%	9.919.725,08	-	7.466.688,18	1.502.838,35	-	9.344.354,27	374.827,75